



Proposta de recomendação à Assembleia da República, no âmbito do
programa *Parlamento dos Jovens*, visando o tema:

«Energias alternativas e preservação do ambiente»

A espécie humana está a exercer um domínio cada vez maior sobre o ambiente, levando à sua constante modificação, através da construção de infra-estruturas, alteração e desvio do curso dos rios, retenção das suas águas, exploração de minerais e rochas, entre outros. Assim, estas acções estão a provocar a contaminação dos solos, a intoxicação das águas, a modificação da atmosfera e dos ciclos biogeoquímicos.

Desta forma, as energias renováveis constituem um método para diminuir e, sobretudo, prevenir o referido efeito nocivo da acção humana. Deste modo as energias renováveis podem substituir as energias não renováveis, que são as mais utilizadas actualmente. Estas energias não renováveis são de uso rápido e sem complicações, mas, por outro lado, têm desvantagens enormes, provocando dependência energética dos combustíveis fósseis, produção de resíduos e grandes emissões de dióxido de carbono. Assim, embora a população portuguesa saiba da existência das energias renováveis, não as utiliza devido aos seus elevados custos, mesmo sabendo das vantagens que elas representam.

Desta forma, foi no seguimento da preocupação ambiental que tem ganho proporções cada vez maiores, que o Protocolo de Quioto foi celebrado. Este protocolo visa comprometer os países signatários a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, com o objectivo de retardar a velocidade com que estes se acumulam na atmosfera. Portugal, apesar de ser um desses países, não está a cumprir o Protocolo, lançando mais emissões do que devia.

Assim, em prol de um ambiente melhor, propomos:

- 1 – A elaboração de campanhas publicitárias para cativar a atenção da população sobre o perigo da acção do Homem e mostrar as vantagens de um Portugal melhor com o uso de energias renováveis;
- 2 – Uma diminuição drástica, tanto dos custos dos transportes públicos (movidos a gás natural), para que a população portuguesa seja incentivada a deixar o uso dos seus transportes particulares; como do preço das energias renováveis, de modo a aumentar a adesão da população a este tipo de energias;
- 3 – O agravamento de impostos sobre a venda de produtos que libertam elementos que prejudicam os ecossistemas, combinado com a imposição de que estes produtos tenham

rótulos a alertar para as consequências da sua utilização, à semelhança do que acontece com as embalagens de tabaco.

Cristiana Duarte
Maria Ferreira
Inês Santos